

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DO X JUIZADO
ESPECIAL DA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Autos: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FULANO DE TAL, brasileiro, casado, gerente de plantão, residente e domiciliado na LUAGAR X, CEP XXXX, CPF XXXXXX, RG XXXX, telefones (XX) XXXX, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXX, à presença de Vossa Excelência, apresentar **CONTESTAÇÃO**, o que faz nos seguintes termos:

I - RESUMO DA LIDE

Trata-se de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais e materiais ajuizada por Fulano de tal em desfavor de Fulano de tal e do Departamento de Trânsito xxxx DETRAN/xx.

O autor narra que realizou a venda de seu veículo Tal 1.0, ano de fabricação 2013, modelo 2013, placa xxxxxxxxxx, no mês de agosto de 2017. Afirma que o comprador foi o xº réu, Sr. Fulano de tal.

Aduz que o comprador do veículo não procedeu à transferência do bem junto à autoridade de trânsito, motivo pelo qual o autor estaria sofrendo com pontuação por multas de trânsito em sua carteira de motorista, bem como com os débitos relativos a tais sanções e também com o pagamento do IPVA.

Requer, assim, que o 1º requerido, Sr. FULNAO DE TAL, seja condenado à imediata transferência do veículo para o seu nome, bem como à indenização por danos materiais e morais sofridos em virtude de sua conduta omissiva e intempestiva.

II - DO MÉRITO

O autor alega a existência de débitos inadimplidos por parte do réu, decorrentes de multas e falta de pagamento do IPVA.

Ocorre que o réu efetuou o pagamento, no valor de XXX (XXXXXXXXXXXXXXX), referente ao IPVA e multas, conforme ID anexo, página 4.

Cumpra esclarecer, Excelência, que a negociação deu-se com o intermediário do Nelson, através de sua agência de automóveis, mencionado pela parte autora na Exordial, confira:

*“Ato contínuo, a **parte autora** conhecia **um rapaz (XXX)** que falou que, por sua vez, conhecia um possível interessado, que queria comprar o seu antigo veículo, referido acima. Levou o carro para ele olhar, o dito possível interessado (Sr. XXX) e gostou, falou que queria ficar com o carro. **O XXXX então falou que tinha umas concessionárias que ele trabalhava na Cidade do Automóvel e que conseguiria passar o carro para o Sr. XXX. Assim, efetivamente, a concessionária, ao final, foi outra senão a que está no contrato (XXX XXXXX ME, em anexo)”.***

Ocorre que os fatos narrados na Exordial foram responsabilidade da parte autora, isto porque, **não houve a transferência do veículo até o momento, porque o Sr. XXXXXXXX**

alegou ao requerido que perdeu o DUT em um furto ocorrido na agência de sua propriedade, inclusive mencionada na Exordial.

Porém, o que causa estranheza é que o Sr. XXXXXXXXXX e sua Agência de automóveis não foram incluídas no rol passivo da presente demanda.

Quanto à transferência do veículo, a parte requerida irá realizar em dezembro de 2018.

Ademais, nos termos do artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), existe a responsabilidade do antigo proprietário do veículo, aqui parte autora, na medida em que agiu de forma omissa, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça nas seguintes jurisprudências transcritas abaixo.

*CTB, Art. 134. No caso de transferência de propriedade, **o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias**, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se **responsabilizar solidariamente** pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.*

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA - INFRAÇÕES DE TRÂNSITO POSTERIORES À TRADIÇÃO DO VEÍCULO - NÃO TRANSFERÊNCIA DO REGISTRO NO DETRAN - ART. 134, CTB - **RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA RELATIVA ENTRE O ANTIGO E O ATUAL PROPRIETÁRIO - POSSIBILIDADE DE MITIGAÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO** - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. De acordo com a orientação jurisprudencial, a responsabilidade solidária entre o antigo e o atual proprietário do veículo é relativa. 2. Dessa forma, restando comprovado que o vendedor do veículo não foi quem

efetivamente cometeu as infrações, em que pese ainda constar nos órgãos competentes como proprietário do veículo, a autuação lançada em seu nome deve ser afastada. 3. Recurso parcialmente provido.

(TJ-ES - APL: 00023225520158080038, Relator: TELEMACO ANTUNES DE ABREU FILHO, Data de Julgamento: 31/01/2017, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/02/2017)

ADMINISTRATIVO - INFRAÇÕES POSTERIORES À TRADIÇÃO DO VEÍCULO - NÃO TRANSFERÊNCIA DO REGISTRO NO DETRAN - ART. 134, CTB - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA RELATIVA ENTRE O ANTIGO E O ATUAL PROPRIETÁRIO - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. 1 - **De acordo com o posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, a responsabilidade solidária entre o antigo e o atual proprietário do veículo é relativa.** Dessa forma, restando comprovado nos autos que o vendedor do veículo não foi quem efetivamente cometeu as infrações, em que pese ainda constar nos órgãos competentes como proprietário do veículo, a autuação lançada em seu nome deve ser afastada. 2 - Os honorários sucumbenciais devem estar atentos aos parâmetros do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC. 3 - Sentença parcialmente reformada em reexame necessário. 4 - Recurso prejudicado.

(TJ-MG - AC: 10433120058493002 MG, Relator: Jair Varão, Data de Julgamento: 28/05/2014, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 30/05/2014)

III - DO DANO MATERIAL E MORAL

Não merece prosperar o pedido autoral de Dano material e Moral requerido pela parte autora. Pois, conforme alegado acima, o

requerido pagou todos os débitos relativos ao veículo, conforme documento anexo, relativo ao suposto Dano Material.

Quanto ao Dano Moral, não merece prosperar tal pedido, pois a parte autora teve sua parcela de culpa, ao realizar o negócio por intermédio do Sr. Nelson, que veio a “perder” o DUT do veículo, impossibilitando assim a transferência do veículo. Além disso o valor pleiteado pela parte autora se mostra abusivo e desarrazoado, na medida em que também é responsável solidário e não demonstrou o abalo ou qualquer transtorno sofrido, apenas alegou de forma genérica o suposto dano.

Quanto à pontuação das multas na habilitação da parte autora, a parte requerida alega que mandou diversas mensagens ao autor, para que esse entregasse a multa ao requerido para proceder à transferência da pontuação, porém, o autor se manteve inerte. Tal alegação é corroborada pela juntada de cópia de conversa via *whatsapp*.

Assim sendo, pugna-se pela total **improcedência** à pretensão autoral.

IV - DOS PEDIDOS:

Por todo o exposto, requer:

- a) a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça;
- b) a intimação da parte contrária para responder à contestação ora apresentada;
- c) a produção de provas por todos os meios juridicamente admissíveis;
- d) no mérito, pugna pela **IMPROCEDÊNCIA** dos pedidos.

Nesses Termos, pede deferimento.

FULANO DE TAL